



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES (Em 1.000,00)										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	27.943.723,00	30.399.239,00	8,79%	32.070.303,00	5,50%	38.228.146,00	19,20%	40.559.066,15	6,10%	41.664.533,00	2,73%
Receitas Primárias (I)	26.172.699,00	29.116.996,00	11,25%	30.616.047,00	5,15%	36.459.876,00	19,09%	37.366.776,39	2,49%	40.172.603,48	7,51%
Despesa Total	27.943.723,00	30.399.239,00	8,79%	30.586.643,00	0,62%	36.313.168,00	18,72%	37.819.291,08	4,15%	37.366.776,39	-1,20%
Despesas Primárias (II)	26.170.824,00	29.108.877,00	11,23%	30.586.643,00	5,08%	38.228.146,00	24,98%	37.819.291,08	-1,07%	37.366.776,39	-1,20%
Resultado Primário (Sem RPPS) Acima da Linha (III) = (I-II)	1.875,00	8.118,00	332,96%	29.404,00	262,21%	146.709,00	398,94%	748.408,77	410,13%	2.805.827,08	274,91%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.168.245,00	7.385.959,00	3,04%	7.027.303,00	-4,86%	5.758.072,00	-18,06%	5.351.004,66	-7,07%	4.847.025,76	-9,42%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.295.710,00	4.751.792,00	10,62%	1.227.631,00	-74,16%	-467.989,00	-138,12%	-1.111.647,38	137,54%	-1.859.268,25	67,25%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-1.625.256,00	-348.562,00	21,45%	195.358,00	-156,05%	284.824,00	45,80%	643.657,94	125,98%	747.620,88	16,15%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES (Em R\$ 1.000,00) - BASE 2022										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	29.952.876,68	30.399.239,00	1,49%	29.112.475,49	-4,23%	33.433.746,72	14,84%	34.183.789,42	2,24%	33.763.803,08	-1,23%
Receitas Primárias (I)	28.054.516,06	29.116.996,00	3,79%	27.792.344,77	-4,55%	31.887.245,06	14,73%	31.493.279,72	-1,24%	32.554.784,02	3,37%
Despesa Total	29.952.876,68	30.399.239,00	1,49%	27.765.652,69	-8,66%	31.758.936,51	14,38%	31.874.665,89	0,36%	30.281.018,14	-5,00%
Despesas Primárias (II)	28.052.506,25	29.108.877,00	3,77%	27.765.652,69	-4,61%	33.433.746,72	20,41%	31.874.665,89	-4,66%	30.281.018,14	-5,00%
Resultado Primário (Sem RPPS) Acima da Linha (III) = (I-II)	2.009,81	8.118,00	303,92%	26.692,08	228,80%	128.309,43	380,70%	630.770,14	391,60%	2.273.765,87	260,47%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.683.641,82	7.385.959,00	-3,87%	6.379.178,47	-13,63%	5.035.920,94	-21,06%	4.509.907,00	-10,45%	3.927.897,70	-12,91%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.604.571,55	4.751.792,00	3,20%	1.114.407,23	-76,55%	-409.295,96	-136,73%	-936.913,09	128,91%	-1.506.700,36	60,82%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-1.742.111,91	-348.562,00	-79,99%	177.340,23	-150,88%	249.102,68	40,47%	542.484,57	117,78%	605.851,60	11,68%

FONTE: SEPLAD/SEFA-CFIS

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo.

ANO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TAXAS DO IPCA (AFURADA E PROJETADA)	3,57%	3,50%	3,90%	4,92%	3,80%	3,77%	4,90%

FONTE: ISGE + FAPEM/A



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATUALIZADO
(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Estado, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo" e o "Passivo". Conforme a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido o patrimônio / capital social, as reservas e resultados acumulados, além de outros desdobramentos do saldo patrimonial, conforme abaixo:

- a) Patrimônio / Capital Social: Compreende o patrimônio social das Autarquias, Fundações e Fundos e o capital social das demais entidades da Administração Indireta.
- b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitam pelo resultado, a reserva constituída com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquido das Empresas e os superávits ou déficits acumulados da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos. Também integra a conta de Resultados Acumulados a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Notas:

- a) Elaborado conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 13ª edição, aprovado pela Portaria (STN) nº 1447, de 14 de junho de 2022, demonstra a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.
- b) No exercício de 2022, a variação total do PL representou um aumento de 23,94% em relação a 2021, passando de R\$ 26,089 bilhões para R\$ 32,333 bilhões. As principais movimentações foram:
 - Apuração do resultado patrimonial do exercício, positivo em R\$ 6,150 bilhões. Constituído por R\$ 6,059 bilhões, apurado pelos Órgãos da Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, e R\$ 91 milhões, apurado pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Esse resultado é representado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas que totalizaram R\$ 93,657 e R\$ 87,507 bilhões, respectivamente.
 - As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista apresentaram variações positivas nas contas de adiantamento para futuro aumento de capital, reservas de lucros, resultado do exercício e lucros e prejuízos acumulados nos valores de R\$ 167 mil, R\$ 84 mil, R\$ 37 milhões e R\$ 67 milhões respectivamente, e variação negativa na conta de ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 10 milhões.

- Nos tipos de Administrações: Direta, Fundos, Autarquias e Fundações houve uma variação negativa em ajustes de exercícios anteriores de R\$ 30 milhões.
- Por outro lado, um fator relevante no desempenho do resultado patrimonial foi o acréscimo ocorrido no Plano Financeiro de Previdência do Estado do Pará no valor de R\$ 257 milhões.
- c) O PL referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS) é constituído pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV). Foram apurados no período de 2020 a 2022 os seguintes resultados:
 - Em 2020 o resultado patrimonial foi negativo no FINANPREV e FUNPREV em - R\$ 714 milhões e - R\$ 153 milhões, respectivamente, enquanto que o IGEPREV (Administrativo) apresentou resultado patrimonial positivo de R\$ 1 milhão, apurando um patrimônio líquido ao final do exercício de R\$ 538 milhões (FINANPREV), R\$ 3,370 bilhões (FUNPREV) e R\$ 6 milhões (IGEPREV), resultando em um decréscimo em termos percentuais no FINANPREV e FUNPREV, em relação a 2019, de 132,62% e 4,53%, respectivamente e um acréscimo no IGEPREV de 19,17%. Essas variações devem-se principalmente, no caso do FINANPREV, aos saldos que passaram do exercício de 2019 nas contas caixa e equivalente de caixa e investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, recursos recebidos do FUNPREV, referente aos rendimentos de capitalização conforme disposto no Art.6º da Lei Complementar nº 115, de 17 de junho de 2017, e que foram utilizados em sua totalidade, em 2020, para custear os benefícios previdenciários, conforme Art.5º da Lei Complementar nº 125, de 30 de dezembro de 2019. Quanto ao decréscimo ocorrido no FUNPREV foi originado em grande parte pelos registros de provisões matemáticas atuariais.
 - Em 2021 o resultado patrimonial foi positivo no FINANPREV e FUNPREV em R\$ 77 milhões e R\$ 649 milhões, respectivamente. Houve também no IGEPREV (Administrativo) resultado patrimonial positivo de R\$ 5 milhões, sendo apurado um patrimônio líquido ao final do exercício de R\$ 615 milhões (FINANPREV), R\$ 4,020 bilhões (FUNPREV) e R\$ 11 milhões (IGEPREV), resultando em um acréscimo em termos percentuais no FINANPREV, FUNPREV e IGEPREV em relação a 2020, de 14,34%, 19,27% e 74,86%, respectivamente. Essas variações devem-se principalmente, no caso do FINANPREV, ao saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo no valor de R\$ 12 milhões, e ao aumento das alíquotas de segurados e patronal que passaram de 11% e 18% para 14% e 23%, respectivamente. Quanto ao acréscimo ocorrido no FUNPREV os fatores relevantes foram também o aumento das alíquotas conforme supracitado, combinado com o ingresso de novos servidores tanto do Poder Executivo quanto dos Outros Poderes, que ocasionaram aumento na arrecadação, e no decréscimo das perdas referente às aplicações financeiras.